

Restabelecer a tranqüilidade

Um relativo consenso sobre a polêmica a respeito da política econômica e a atuação do ministro da Fazenda parece ter levado a um esforço coletivo em favor da tranqüilidade nacional. No centro desse movimento de pacificação, que envolveu o próprio ministro, a equipe econômica, empresários e a imprensa, esteve o futuro presidente da República. A razão desta correção de percurso é quase óbvia e já havia sido apontada pelo Jornal de Brasília em editorial anterior: o excesso de declarações sobre o que o Governo poderia fazer, o que vai fazer, denúncias, acusações e especulações conduz apenas à intranqüilidade, que é todo o contrário do que necessita um Plano de Estabilização, como o próprio nome indica.

Modernidade não significa desprezar a sabedoria acumulada. Como muito bem sabiam políticos experientes — ainda que de suas concepções e atitudes se discorde —, como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, o poder é transitório. Essa realidade foi sintetizada brilhantemente pelo hoje esquecido embora relativamente jovem ex-ministro da Educação, Eduardo Portela, quando afirmou que “não era ministro, estava ministro”.

Ninguém é governo, apenas está no Governo, ainda mais quando restam menos de dois meses para o término do mandato. Mais que uma lição de humildade, essa percepção da realidade política inspira aos políticos argutos uma postura radicalmente diferente daquela sugerida pelo fugaz concubinato da caneta com o Diário Oficial. Isso nada tem a ver com a omissão ou a submissão a pessoas ou entidades com uma inserção econômica e social mais duradoura como os empresários, que mantêm essa situação (às vezes por gerações) enquanto durar seu capital.

O ex-ministro da Fazenda Delfim Netto, a respeito do qual se pode ter opiniões muito divergentes, mas cuja habilidade política fica evidente quando se recorda sua trajetória na vida pública, agia no cargo como os mais eficientes diretores de disciplinas escolares — o que, em certa medida, não deixa de ser o pa-

pel das autoridades econômicas, em relação ao mercado. Elogios, recomendações gerais e recados com destino específico, mas sutis, se fazem em público. Recriminações e advertências diretas são feitas em particular.

Que atitude esperar de acusações e insultos dirigidos aos empresários e consumidores em geral — ou ignorando uma infinidade de situações particulares — senão uma saraivada de críticas e insultos igualmente maldosos? Quem aceita ser humilhado ou acusado publicamente por quem, por maiores que sejam seus dotes pessoais, está num determinado cargo por força de circunstâncias, não tem como provar as acusações genéricas que faz, nem punir os que comprovadamente agem de forma irregular. O desgaste é tão inútil quanto inevitável, sendo que, no caso, o prejuízo é geral.

A discussão sobre a “denúncia vazia” e o valor do salário mínimo (neste caso envolvendo o Presidente da República) é exemplar a este respeito. Por mais que se defenda a transparência da administração pública, levantar essas questões, neste momento, apenas tumultua o ambiente econômico, alimentando especulações e aplicando choques ao desfalecido dragão inflacionário. São medidas que ou se as dota ou não se toca no assunto. Ou a economia, em particular as finanças da Previdência e dos estados e municípios, suportam um salário mínimo de R\$ 83/84, ou se deixa a questão para o próximo governo. Do contrário, é evidente que, numa cultura inflacionária e traumatizada por tantos choques e pacotes, parte dos “agentes econômicos” tratará de repassar imediatamente os supostos aumentos de custos aos produtos e serviços. Isso ficou evidente no comportamento do mercado imobiliário quando se aventou a possibilidade de restringir a “denúncia vazia”. Era a insegurança de proprietários diante do atual cenário econômico que os levava a recorrer a esse instituto. A possibilidade de que o Governo o suspendesse confirmava as piores expectativas, para desespero dos inquilinos que até então não tinham motivos para preocupação.